

Aula 8

O PERÍODO ELISABETANO

META

Apresentar um panorama crítico da historiografia da literatura inglesa, buscando discutir o modo como foi construído o período elisabetano.

OBJETIVOS

Ao final da aula o(a) aluno(a) deve ser capaz de:
Compreender a formação da historiografia da literatura inglesa como um processo não só acadêmico mas também político.
Identificar e analisar criticamente as principais características da literatura elisabetana.

PRERREQUISITOS

Noções de teoria da literatura
Noções de história da literatura;

Luiz Eduardo Oliveira

INTRODUÇÃO

O ensino da literatura – pelo menos no caso brasileiro –, na medida em que legitima a produção ou reedição de histórias literárias, tem a sua estrutura condicionada, em grande parte, pelos padrões dos livros de história da literatura indicados, ou adotados, mantendo-se pautado pela periodização e pela cronologia, apesar da multiplicidade de abordagens e correntes teóricas, ideológicas ou metodológicas. Esse predomínio da abordagem cronológica também se verifica no ensino da literatura inglesa. Nos programas e ementas das universidades brasileiras, não é difícil constatar, pelos conteúdos programáticos e bibliografias, que a maioria dos cursos de graduação adota a perspectiva histórica, reproduzindo, por conseguinte, a periodização e a cronologia oficial da história da literatura inglesa, tal como foram fixadas pela maioria das obras do gênero. Há, no entanto, uma peculiaridade que diferencia o ensino de literatura de língua inglesa do ensino de literatura brasileira – ou de língua portuguesa – no país: a falta de proficiência linguística dos alunos, que muitas vezes não estão suficientemente capacitados para a leitura, compreensão e interpretação dos textos originais, bem como das histórias literárias escritas em inglês. Nesta aula, faremos um estudo sobre a historiografia da literatura inglesa, analisando o período elisabetano a partir de uma obra paradigmática e fundadora de tal historiografia, a **História da Literatura Inglesa** de Taine, um crítico francês do século XIX.

A HISTÓRIA DA LITERATURA INGLESA EM FRANCÊS

René Wellek, no terceiro volume de sua *História da Crítica Moderna* (1955-86), associa o processo de construção e ascensão da historiografia literária inglesa a um “relativo declínio” da teoria da literatura durante as primeiras décadas do séc. XIX. Tal declínio, no entendimento do autor, teria sido causado pela não existência, na Inglaterra, de uma tradição crítica romântica. Assim, uma certa aversão a qualquer tipo de sistema ou teoria, paulatinamente substituída pela “atitude vitoriana” em relação à arte, teria dado lugar a um “vigoroso movimento antiquário” que se consolidaria com a criação dos clubes de livro e a publicação de revistas especializadas em literatura inglesa antiga: “foi precisamente o colapso dos padrões críticos, a falta de interesse teórico, que favoreceu uma tolerância que tudo abrangia e encorajou uma indiscriminada acumulação de meras informações sobre literatura” (WELLEK, 1972, p. 94).

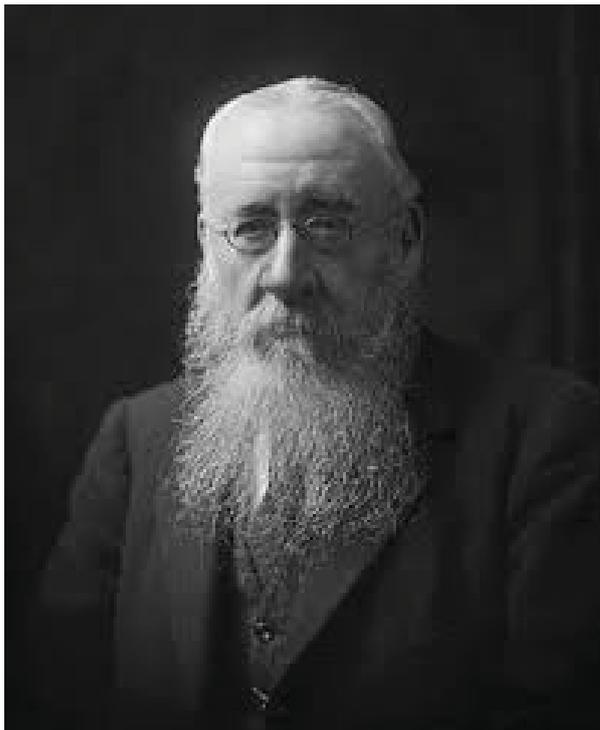
Para o renomado teórico tcheco, muito embora a grande quantidade de informações novas sobre a literatura do passado tivesse exigido a escrita de uma história literária, nenhuma foi produzida, de forma “coerente e original”, até 1890. Com efeito, após a publicação da pioneira *History of*

English Poetry (1774-81), de Thomas Warton, só em 1831 apareceu a *History of English Dramatic Poetry up to the Time of Shakespeare*, de John Payne Collier, diferentemente da Alemanha ou da França, onde a historiografia literária já havia dado seus grandes expoentes, “como os Schlegels e Villemain” (WELLEK, 1972, p. 95).

Acatando tal argumento, podemos pensar na *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863-64), do francês Hippolyte Taine, não só como o primeiro panorama completo da literatura inglesa – uma vez que as duas outras “histórias” anteriormente citadas tratavam de determinado gênero literário –, mas também como uma das obras responsáveis – juntamente com *The Lives of the English Poets* (1779-1781), de Samuel Johnson, e *English Writers* (1864), de Henry Morley – pelo estabelecimento e fixação do cânone literário inglês, senão vejamos.

Apesar das produções do naturalista John Addington Symonds, autor de *Shakespeare's Predecessors in the English Drama* (1884), e da figura mais importante da historiografia literária da Inglaterra vitoriana, George Saintsbury, muito pouco foi acrescentado, no séc. XIX, ao modelo taineano, de modo que só na viragem do século, quando foi publicada outra *History of English Poetry* (1895-1910), escrita por William J. Courthope, a história da literatura inglesa veio se consolidar, muito embora, comparada com as realizações de Taine, Hettner ou Brandes, para não falar de De Sanctis, no Continente, a história literária inglesa não logrou atingir o adequado equilíbrio entre crítica e história, que conserva estes livros vivos ainda hoje, apesar de suas falhas (WELLEK, 1972, p. 138-139).

Para se ter uma idéia da enorme influência exercida pela obra de Taine – que é o modelo clássico da historiografia literária naturalista – basta a menção das obras dos seus mais célebres discípulos, que introduziram seu método – segundo o qual a cronologia é um mero instrumento didático, sendo mais importantes as determinações da “race”, do “milieu” e do “moment historique” – nos respectivos países de origem: As Correntes Principais da Literatura do Século XIX (1872-90), do dinamarquês Georg Brandes; a História da Literatura Alemã (1883), de Wilhelm Scherer; e a História da Literatura Brasileira (1888), de Sílvio Romero (CARPEAUX, 1959, p. 27-35).



Historiador da literatura francesa e universal, Saintsbury é também autor de uma *Short History of English Literature* (1882), de uma *History of English Prose Rhythm* (1912) e de uma *History of Criticism and Literary Taste in Europe* (1901-1904) – primeira do gênero, segundo Welck –, sem contar as várias contribuições à Enciclopédia Britânica e à *Cambridge History of English Literature* (1907-1916) (WELLEK, 1972, p. 398).

Em dissertação de mestrado defendida em 1995 no Departamento de Língua e Literaturas Inglesa e Norte-Americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, José Garcez GHIRARDI, comentando um “levantamento breve, mas atento” das referências à literatura inglesa por parte dos críticos brasileiros do séc. XIX – o autor se refere principalmente a Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Jr. –, mostra que as menções não decorriam de um exame específico dos textos ingleses, mas de simples ilustração de argumentos em que as obras e autores eram exemplares, unanimemente aceitos, de “boa literatura européia”. Tais referências, via de regra, eram emprestadas da *Histoire de la Littérature Anglaise*, de Taine: “sua *História da Literatura Inglesa*, em francês, tornou-se leitura obrigatória entre os eruditos do Brasil no final do séc. XIX, uma vez que grande parte do nosso debate literário girava em torno do seu método crítico” (GHIRARDI, 1995, p. 16).

Talvez a mais célebre das aludidas “menções” referentes à literatura inglesa por parte de nossos “primeiros críticos” seja a do *Tristram Shandy* (1759-67), de Laurence Sterne, por Sílvio Romero, no capítulo IV do tomo quinto da segunda edição de sua *História da Literatura Brasileira* (1902-3) – que é a condensação de um ensaio originalmente publicado em 1897 –, a propósito do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis.

Movido por um indisfarçável desejo de desqualificar o autor brasileiro, já consagrado na época, Silvío Romero foi o primeiro – e talvez o único – a discordar do “humorismo” e “pessimismo” de Machado de Assis, sendo por isso o pioneiro no trato da questão da influência não só dos humoristas britânicos, mas também dos filósofos pessimistas. Segundo o ousado evolucionista sergipano, o “humour” só podia ser verdadeiro, ou “genuíno”, quando se confundia com a “índole” do escritor, que por sua vez era um produto da “psicologia”, da “raça” e do “meio” do seu povo: “o temperamento, a psicologia do notável brasileiro não eram os mais próprios para produzir o ‘humour’, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (ROMERO, 1954, 1629).

O narrador de *Brás Cubas*, no prólogo intitulado “Ao Leitor”, ao revelar a adoção da “forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre”, fala da possível introdução de “algumas rabugens de pessimismo” na obra (ASSIS, 1991). A crítica, talvez motivada por tais pistas, não hesitou em caracterizá-la com o “humour” Sterneano ou com os seus elementos pessimistas, construindo assim, a despeito da solene discordância de Silvío Romero, consensos que se reproduzem até na historiografia recente da literatura brasileira, como na *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), em que, a propósito de alguns poemas que teriam precedido a segunda fase do autor, alude-se o “pessimismo cósmico de Schopenhauer e Leopardi” (BOSI, 1994, p. 178), ou em *De Anchieta a Euclides*, onde Brás Cubas é considerado um “romance Sterneano” (MERQUIOR, 1979, p. 166).

Para assegurar seus argumentos, Silvío Romero contrapõe, no seu ensaio, alguns dados biográficos de Laurence Sterne, “filho de militar inglês”, ao “sensato, manso, criterioso e tímido Machado”, asseverando a profunda diferença entre o autor de *Brás Cubas* e o de *Tristram Shandy*. Quanto a uma possível relação entre as obras, não há qualquer referência, limitando-se o crítico à menção das cenas mais famosas criadas pelo romancista inglês, “no dizer dos mestres, verdadeiras obras primas”, e à afirmação da disparidade entre as personagens de Sterne, “criações cheias de realidade”, e as do escritor brasileiro, que “jamais ideou nada que lembre os dois irmãos Shandys” (ROMERO, 1954, 1630).

Os mesmos pressupostos naturalistas – “a psicologia”, “a raça” e “o meio” – são utilizados para descartar o pessimismo de Machado de Assis. O nosso romancista, não descendendo das raças arianas, não poderia ser um desencantado à maneira dos verdadeiros pessimistas. Não se trata, portanto, de uma crítica propriamente literária, pois o que está em causa não é a obra do autor brasileiro em suas relações com a do romancista inglês, mas simplesmente a sua suposta personalidade, no que tem de inferior e incompatível com a de Laurence Sterne. Ao que parece, Silvío Romero nunca lera o autor de *Tristram Shandy*, sendo talvez esse o motivo pelo qual não

desenvolve suas afirmações, podendo-se supor que suas opiniões a respeito de Sterne fossem adquiridas de segunda mão – provavelmente via Taine.

A PERIODIZAÇÃO DA LITERATURA INGLESA

A periodização vigente da literatura inglesa, isto é, tal como se apresenta na maioria das obras do gênero, não obstante a variada origem de seus rótulos mais usuais – “Romantismo”, “Renascimento”, “Classicismo”, “Modernismo”, etc. –, ainda mantém resquícios do tradicional critério de classificação conforme os reinados, como comprovam os termos “elizabethan” (elisabetano ou isabelino) – referente ao reinado de Elisabete I (1558-1603) –, “jacobean” (jacobiano ou jacobita) – referente ao reinado de Jaime I (1603-25) ou “victorian” (vitoriano) – referente ao reinado de Vitória (1837-1901). Claro que tais termos, com o tempo, assumiram novos significados, deixando de simbolizar o mero espaço cronológico compreendido entre a subida ao trono e a morte de um monarca:

Usamos o termo ‘isabelino’ de forma a incluir escritores pouco anteriores ao ano de encerramento dos teatros – 1642 –, o que ocorreu quase quarenta anos após o falecimento da rainha; e por outro lado, embora a vida de Oscar Wilde caiba dentro dos limites cronológicos do reinado de Victoria, raras vezes mencionamos o seu nome como sendo um vitoriano (WELLEK e WARREN, 1962, p. 329).

Assim, a delimitação cronológica dos períodos da literatura inglesa tem sido objeto de constantes divergências entre os historiadores. Para Franklyn Bliss Snyder e Robert Grant Martin, por exemplo, a “Elizabethan Age” é inaugurada com a publicação da *Tottel’s Miscelany*, em 1557, e acaba com a publicação de Hamlet, de Shakespeare, em 1603, mesmo ano da morte da rainha. Já o português Jorge de Sena, apesar de concordar com os referidos autores quanto ao término do período, diz que o marco tradicional da “Época Isabelina” “é a publicação, em 1578, do romance *Euphues*, de John Lyly” (SENA, 1963, p. 79).

Em relação aos demais rótulos, ocorre o que é característico da maioria das literaturas: apresentam uma múltipla fonte de derivação: “Reforma” vem da história eclesiástica; ‘Humanismo’, sobretudo da história da cultura; ‘Renascença’, da história da arte; ‘Comunidade’ e ‘Restauração’, de eventos políticos concretos; [...]” (WELLEK e WARREN, 1962, p. 329).

Quando se trata da “evolução da língua inglesa” – tópico obrigatório nas obras do gênero –, entretanto, os historiadores se mostram consensuais, reproduzindo não apenas a mesma cronologia e periodização, mas também as mesmas obras, autores e julgamentos críticos, sendo em muitos casos idêntico o excerto ou fragmento utilizado.

O *Beowulf*, por exemplo – quase sempre a mesma passagem, que narra a cena da luta entre o monstro Grendel e o herói do poema – nunca deixa de ser ilustração do inglês arcaico, ou “Old English”, apesar de a única cópia existente do poema – acredita-se que o manuscrito do Museu Britânico foi escrito por um monge obscuro por volta do ano 1000, pouco depois da invasão normanda –, descoberta apenas em 1705, ter sido parcialmente danificada (1731) e estar escrita no dialeto de Wessex, um dos vários que existiam na Inglaterra de então. Os *Canterbury Tales*, de Chaucer – sobretudo o “Prólogo” – são os eternos representantes da língua inglesa na sua segunda fase: o inglês médio (“Middle English”), ou o “East Midland dialect” falado na Londres do séc. XIV (VIZIOLI, 1992, p. 21-25; 35-37). E o inglês moderno (“Modern English”), finalmente, é sempre patenteado por tudo que seja escrito por – ou atribuído a – Shakespeare (BURGESS, 1991, p. 73-81).

Dessa forma, a periodização “oficial” da literatura inglesa apresenta – pelo menos na bibliografia consultada – um cânone bastante fixo, raramente ocorrendo qualquer tipo de inovação, resumindo-se a um passeio cronológico pela galeria dos grandes nomes sacralizados por uma tradição conservadora que ainda subsiste como resquício da velha “história do espírito inglês”: depois de Shakespeare e da “personalidade controversa” de Donne, nos deparamos com as colossais estátuas de Milton, Dryden, Pope, Richardson, Blake, Wordsworth, Coleridge, Jane Austen, Byron, Shelley e assim sucessivamente, até o séc. XX, época em que a narrativa esquemática das histórias literárias – apoiada que está na autoridade dos julgamentos críticos já estabelecidos – geralmente cede lugar a um nervoso registro de obras e autores que se multiplicam a cada momento, não mais se enquadrando nos rígidos modelos de periodização, como nesse exemplo do manual de Burgess (1991, p. 231):

The nineteen-fifties, a period of middle-class rebellion in Britain, produced John Osborne’s *Look Back in Anger* but also John Wain’s *Hurry on Down*, Keith Waterhouse’s *Billy Liar*, Stan Barstow’s **A Kind of Loving** and Kingsley Amis’s **Lucky Jim**.

O PERÍODO ELISABETANO

“The Elizabethan Age”, a era da rainha Elisabete (1558-1603) – ou Isabel, como se usa em Portugal –, época de ouro do teatro inglês e do Renascimento ocidental, talvez seja a mais consistente criação da historiografia da literatura inglesa. Período de crescimento econômico e expansão imperialista, é também o cenário de elegantes bailes da corte, das apresentações populares das peças de Shakespeare e de uma efervescente produção literária, tornando-se o episódio que mais fascínio desperta entre seus historiadores mais famosos, que lhe dedicam, em suas obras, maior destaque do que aos demais períodos.

Tal fato, também observado na historiografia brasileira da literatura inglesa, nos levou a fazer uma descrição crítica do modo como o tema é abordado nas obras nacionais, na tentativa de verificar as relações teóricas ou metodológicas que porventura possam ser estabelecidas. Antes, porém, veremos como o período em questão é tratado na obra que serviu de modelo não só para os historiadores pátrios, mas também para os próprios ingleses: a *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863-64), de Hippolyte Taine.

Desenvolvendo sua noção de literatura a partir do que denomina “as três forças primordiais” – representadas pela “raça”, “meio” e “momento histórico” –, tidas como fatores condicionantes da produção literária, Taine analisa e interpreta quase biologicamente as obras dos principais autores ingleses, desde o poema épico pagão de origem saxônica *Beowulf* até os “modern authors” do período vitoriano, sendo o poeta laureado Tennyson o último escritor abordado.

O período elisabetano, estudado no Livro II – intitulado “The Renaissance”, designação que abrange desde a reforma protestante na Inglaterra (primeira metade do séc. XVI) até Milton (1608-74) –, assim como os demais períodos literários, é dividido por gêneros, o que faz com que seja sacrificada a cronologia em favor das determinações das aludidas “forças primordiais”.

Assim, como representantes da poesia – gênero estudado no segundo tópico de “Pagan Renaissance” (p. 250-300), capítulo 1 do Livro II – são abordados, com vasto material transcrito – incluindo excertos de poemas e textos críticos – o “Earl of Surrey” (p. 250-259), considerado um dos precursores da “Renaissance of the Saxon genius”; o *Euphues* de John Lyly (p. 259-262); Sir Philip Sidney (p. 262-276), “nephew of the Earl of Leicester” e autor de *Arcadia, The Defence of Poesie e Astrophel and Stella* – este um poema com vários trechos transcritos e comentados –; e mais um “great number of poets” que produziram “pastoral poetry”, todos com excertos transcritos e analisados (p. 276-289): Shakespeare, Ben Jonson, Fletcher, Drayton, Marlowe, Warner, Breton, Lodge e Greene. O único exemplo de “ideal poetry” é Edmund Spenser (p. 289-321), cujas obras *A Hymne in Honour of Beauty, Shepherd’s Calendar, The Faerie Queene* – esta ganhando um tópico à parte, onde são estudados seus “impossible events” – são minuciosamente comentadas.

O terceiro tópico é dedicado à prosa, gênero inicialmente representado pelo grupo de poetas que chegaram ao “limite da poesia” – apelidado por Samuel Johnson de “metaphysical poets” –: Carew, Suckling, Herrick, Quarles, Herbert, Babington, Donne e Cowley (p. 321-330). Em seguida, são estudados Robert Burton (p. 336-342), cuja **Anatomy of Melancholy** tem um longo trecho transcrito (“vol. I, part 2, sec. 2, Mem. 4, p. 420”); Sir Thomas Browne (p. 343-347), “a naturalist, a philosopher, a scholar, a physician, and a moralist”, autor de *Hydriotaphia, Religio Medici e Pseudodoxia*;

e Francis Bacon (p. 347-358), “the most comprehensive, sensible, originative of the minds of the age”, que tem quatro de suas obras comentadas: *The Essays*; *De Augmentis Scientiarum*, onde Taine verifica a “concentration and brightness of his style”; *Novum Organum*, “a collection of scientific decrees” nos quais Bacon introduz “the new method”, prenunciando o estabelecimento das ciências positivas; e *New Atlantis*.

O teatro é o tema do capítulo 2, que trata do público, do palco e das “manners of the sixteenth century” (p. 359-380), antes de abordar os poetas Nash, Dekker, Kyd, Peele, Lodge e Greene, relacionando suas personalidades com o “espírito da época” (p. 380-385). Marlowe (p. 385-397) recebe tratamento especial, sendo considerado “the true founder of the dramatic school” e tendo comentadas – com alguns trechos transcritos – quatro de suas peças: *Tamburlane*, *The Jew of Malta*, *Edward II* e *Faustus*. Em seguida há uma digressão sobre a “formation of this drama”, na qual o autor contrasta a arte clássica e a arte germânica (p. 397-404), passando depois a tratar dos personagens masculinos e femininos, exemplificando-os com as peças *The Duke of Milan*, de Massinger; *Annabella*, de Ford; *Duchess of Malfi* e *Vittoria Corombona*, de Webster. São ainda comentadas as figuras de Euphrasia (*Philaster*), Bianca, Arethusa (*The Fair Maid of the Inn*), Ordella (*Thierry and Theodoret*), Aspasia (*The Maid’s Tragedy*) e Amoret (*The Faithful Shepherdess*), todas personagens de Beaumont e Fletcher (p. 404-433).

O capítulo 3 é um estudo sobre Ben Jonson (p. 1-45), onde Taine gasta várias páginas (p. 1-14) discorrendo sobre sua biografia, bem como apontando as principais características do seu “mood”, da sua educação, esforços, pobreza, doença e finalmente morte, algo necessário para o entendimento da “freedom and precision of his style” e do “vigour of his will and passion”. São comentadas – com vários trechos transcritos – suas “Latinised tragedies” *Sejanus* e *Catiline*; suas comédias *Every Man in his Humour*, *Volpone* e *The Silent Woman*; e suas peças menores, onde aparecem a sua “want of higher philosophy and comic gaiety”²⁹⁵: *The Staple of News*, *Cynthia’s Revels* e *The Sad Shepherd*. O tópico final (VI) do presente capítulo constitui uma espécie de preâmbulo ao seguinte, sendo reservado para uma “general idea of Shakespeare” (p. 45-49), na qual o historiador francês trata das “conditions of human reason” e tenta apontar “Shakespeare’s master faculty”, enfatizando a importância dos “mais avançados sistemas psicológicos” para interpretar a sua obra.

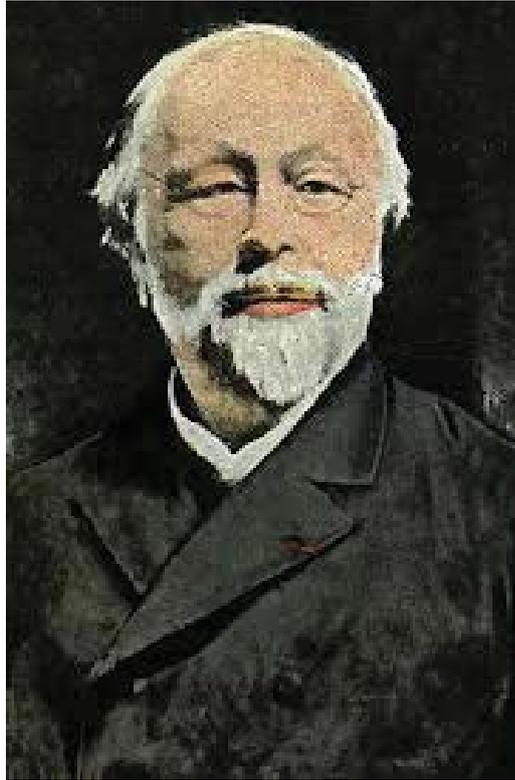
Assim, o capítulo 4 é dedicado ao mais célebre dos escritores ingleses (p. 50-141), utilizando-se o autor da “*Hallivell’s Life of Shakespeare*”, de “*Crawley’s Etudes sur Shakespeare*” e de “*Dyce’s Shakespeare*” para descrever sua biografia (p. 50-67), desde o nascimento até a morte. No segundo tópico (p. 67-74) são estudados seu estilo, imagens, excessos e “incongruências”, explicando o autor, em nota de rodapé, “why, in the eyes of a writer of the seventeenth century, Shakespeare’s style is the most obscure, pretentious,

painful, barbarous, and absurd, that could be imagined” (p. 73). Em seguida Taine busca reconstituir os costumes da época, na tentativa de mostrar o “agreement of manners and style” (p. 74-83).

Os demais tópicos – à exceção do último – tratam de suas “dramatis personae”, a começar pelos “brutes and idiots” – Caliban (*The Tempest*), Ajax (*Troilus and Cressida*), Cloten (*Cymbeline*), Polonius (*Hamlet*), e “the nurse” (*Romeo and Juliet*). Os “men of wit” da galeria de personagens shakespearianos são Mercutio, Rosalind (*Romeo and Juliet*), Benedict, Beatrice (*Much Ado About Nothing*) e o “clown” Falstaff (*Henry IV*) – este o que ganha maior destaque. As mulheres são representadas por Desdemona (*Othello*), Virginia, Volumnia (*Coriolanus*), Juliet (*Romeo and Juliet*), Miranda (*The Tempest*), Imogen (*Cymbeline*), Cordelia (*King Lear*), e Ophelia (*Hamlet*). Os vilões são apenas dois: Iago (*Othello*) e Richard III (*Richard III*), e os “principal characters” seis: Lear, Othello, Cleopatra (*Anthony and Cleopatra*), Coriolanus, Macbeth e Hamlet. No último tópico do capítulo 4, Taine fala do “agreement of imagination with observation in Shakespeare”, ilustrando seus argumentos com as peças *As You Like it* e *Midnight Summer’s Dream*. Finalizando o capítulo, o autor tenta nos convencer de que as criações shakespearianas são uma boa pista para a compreensão de algumas facetas da personalidade do bardo inglês, bem como da exuberância da sua imaginação e estilo.

O capítulo 5 do Livro II leva o título de “The Christian Renaissance” (p. 142-238), fazendo o autor um verdadeiro “flashback” cronológico ao tratar da reforma protestante na Inglaterra, ainda no início do séc. XVI. São comentadas as traduções da Bíblia (a de Wyclif, a de Tyndale e a de Coverdale); o *Prayer Book*, livro anônimo e muito popular durante todo o século da rainha Elizabeth; os “preachers” Latimer e Jeremy Taylor e o período da revolução puritana – já no séc. XVII –, no qual sobressai, ao lado de Milton, a figura do também pastor John Bunyan, que tem alguns trechos do seu *Pilgrim’s Progress* transcritos e comentados.

O motivo da inclusão do período acima mencionado – que por sua vez justifica o estudo de Milton no mesmo Livro (II, cap. 6, p. 239-318) –, talvez possa ser explicado pelo pouco caso do autor em relação à divisão cronológica das diferentes fases literárias. Deixaremos de comentar tal capítulo (6), uma vez que as obras que compõem a historiografia brasileira da literatura inglesa, da qual passaremos a tratar, já colocam o autor de *Paradise Lost* como pertencente ao período posterior: o séc. XVII.



Hippolyte Adolphe Taine (21 April 1828 – 5 March 1893) was a French critic and historian. He was the chief theoretical influence of French naturalism, a major proponent of sociological positivism and one of the first practitioners of historicist criticism. Literary historicism as a critical movement has been said to originate with him.[1] Taine is particularly remembered for his three-pronged approach to the contextual study of a work of art, based on the aspects of what he called "race, milieu, and moment".

CONCLUSÃO

A *Histoire de la Littérature Anglaise* (1863-64), de Hippolyte Taine, se manteve, durante quase dois séculos, como modelo principal para a historiografia da literatura inglesa, seja do ponto de vista teórico ou formal, sendo seu método de abordagem das obras e escritores ingleses incorporado mesmo inconscientemente por alguns historiadores. A caracterização do período elisabetano como época do “renascimento do gênio anglo-saxônico”, utilizada por Taine – através de uma citação de **Arte of English Poesie** (1589), de George Puttenham – na sua **Histoire**, por exemplo, é reproduzida por quase todos os autores brasileiros que escreveram sobre a matéria. Já os tão famosos fatores condicionantes da obra literária – a raça, o meio e o momento histórico –, mais ou menos implícitos em todas as obras analisadas, ganham relevo e assumem função esquemática em quase todos os manuais de literatura inglesa disponíveis para o público estudantil até a metade do século XX. “The Elizabethan Age”, a era da rainha Elisabete (1558-1603) – ou Isabel, como se usa em Portugal –, época de ouro do teatro inglês e do Renascimento ocidental, talvez seja a mais consistente criação da historiografia da literatura inglesa.



RESUMO

“The Elizabethan Age”, a era da rainha Elisabete (1558-1603) – ou Isabel, como se usa em Portugal –, época de ouro do teatro inglês e do Renascimento ocidental, talvez seja a mais consistente criação da historiografia da literatura inglesa. Período de crescimento econômico e expansão imperialista, é também o cenário de elegantes bailes da corte, das apresentações populares das peças de Shakespeare e de uma efervescente produção literária, tornando-se o episódio que mais fascínio desperta entre seus historiadores mais famosos, que lhe dedicam, em suas obras, maior destaque do que aos demais períodos. Nesta aula, fizemos uma descrição crítica da formação da historiografia da literatura inglesa, focando no período elisabetano, no intuito de compreendê-la como um processo não só acadêmico mas também político. Assim, buscou identificar e analisar criticamente as principais características da literatura elisabetana, observando o caso da obra que serviu de modelo não só para os historiadores pátrios, mas também para os próprios ingleses: a **Histoire de la Litterature Anglaise** (1863-64), de Hippolyte Taine.



ATIVIDADES

Redija um pequeno texto de, no máximo, uma página e com suas próprias palavras, sobre o período elisabetano.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A intenção dessa atividade é desenvolver nos alunos a capacidade de síntese e a apreensão do conteúdo de forma crítica. Esta foi a razão pela qual a aula foi planejada em português: para que o olhar crítico não fosse suplantado pelas preocupações decorrentes da compreensão da língua inglesa.



PRÓXIMA AULA

The Elizabethan Theater

REFERÊNCIAS

- BURGESS, Anthony. **English literature**. 18. ed. London: Longman, 1991.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, 2 v.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959, v. 1.
- GHIRARDI, José Garcez. **John Donne e a crítica brasileira: três momentos, três olhares**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A historiografia da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. Campinas: Pontes, 2015.
- SENA, Jorge de. **A literatura inglesa: ensaio de interpretação e história**. São Paulo: Cultrix, 1963.
- STEVENS, Kera e MUTRAN, Munira H. **O teatro inglês da Idade Média até Shakespeare**. São Paulo: Global, 1988.
- TAINÉ, H. **History of English literature**. Tradução de H. Van Laun. New York: Grosset & Dunlap, 1908, 2 v.
- VIZIOLI, Paulo. **A literatura inglesa medieval**. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.
- WELLEK, René e WARREN, Austin. **Teoria da literatura**. Tradução de José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-América, 1962.